

# IPTU esbarra nos empresários

*Representantes do comércio e indústria temem que novas alíquotas prejudiquem setor produtivo*

## SAMANTA SALLUM

Empresários do setor industrial e do comércio do Distrito Federal se manifestaram contra qualquer aumento nas alíquotas do IPTU para 1997. Eles conheceram ontem o projeto de lei do Executivo que propõe as modificações em almoço com o governador Cristovam Buarque, na residência de Águas Claras.

"Os setores produtivos podem sofrer o impacto desse aumento. O acréscimo do imposto é injusto, principalmente, com a classe média. Também devemos considerar que, há dois anos, o funcionalismo público não tem reajuste salarial", comenta o presidente da Federação das Indústrias de Brasília (Fibra), Lourival Dantas.

Ele contou que no encontro o Governo prometeu fazer uma avaliação cuidadosa do valor venal dos imóveis

que serve de base para o cálculo do IPTU. "Se o Governo aumentar a avaliação dos imóveis será pior ainda. O contribuinte vai levar um susto quando receber a cobrança", acrescentou Dantas.

**Advertência** - Os empresários acreditam também que a população pode passar a comprar menos. "Já estamos vivendo um momento de crise. O aumento do IPTU vai sacrificar mais ainda o contribuinte. Isso certamente pode refletir no poder de compra", diz o presidente da Associação Comercial do DF (ACDF), Lindbergh Aziz Cury.

Os empresários também questionam a cobrança de IPTU por imóveis sem habite-se. Assim, o Governo pretende cobrar o imposto dos assentamentos, apesar de não estarem regularizados. Para o vice-presidente da Federação de Comércio de Brasília (Fecomércio),

Eunício Lopes de Oliveira, o GDF poderia encontrar mecanismos para facilitar o habite-se dos imóveis nos assentamentos.

"Quem respondeu ao recadastramento do governo, e vai pagar IPTU, só estará legal para efeito de imposto e não de transação de imóvel. Isso é injusto", comenta Eunício Lopes.

O vice-presidente da Associação de Comércio e Indústria de Taguatinga (Aci), Talaul Abullan, também demonstra certo receio do aumento. "Estamos preocupados com essas novas alíquotas. A médio prazo pode ser que o aumento do IPTU seja repassado para os produtos. Pois será mais um fator de despesa". Segundo ele, os empresários se reunem com o Administrador de Taguatinga, Márcio Garcia, na próxima sexta-feira, para apresentar suas reivindicações.

| CATEGORIA DE IMÓVEL            | IMÓVEL RESIDENCIAL | IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL | IMÓVEL NÃO EDIFICADO (TERRENOS)                                   |
|--------------------------------|--------------------|------------------------|---|
| Fortaleza*                     | 0,4 a 2,0          | 0,9 a 2,0              | 5,0 % obs: se o terreno for murado a alíquota é reduzida para 3,0 |
| Curitiba**                     | 0,2 a 0,6          | 0,3 a 1,5              | 1,0 a 3,0   |
| Florianópolis**                | 0,5 a 1,2          | 1,0 a 1,7              | 1,0 a 2,0   |
| Rio de Janeiro***              | 0,15 a 1,2         | 0,6 a 2,5              | 0,15 a 6,0  |
| Vitória                        | 0,25               | 0,3                    | 3,5 (em 95) 4,0 (em 96)   |
| Cuiabá**                       | 0,6 a 0,8          | 1,0                    | 1,5   |
| Recife*                        | 0,6 a 1,4          | 1,0 a 2,0              | 3,0 obs: aumenta para 5,0 se não for murado                       |
| Campo Grande                   | 1,0                | 1,0                    | 1,0 a 3,5   |
| Goiânia***                     | 0,20 a 0,55        | não informado          | Não informado   |
| Belo Horizonte*                | 0,5 a 1,0          | 1,0 a 2,2              | 3,0 a 4,2   |
| São Paulo                      | 0,6 para todos     | 0,6                    | 0,6   |
| Distrito Federal<br>(Proposta) | 0,3 a 0,64         | 1,0 a 1,43             | 3,0 a 3,5   |

\* Progressividade em função do valor

\*\* Progressividade em função do tamanho do imóvel

\*\*\* Progressividade em função da localização